



**O**s documentos no caso Luanda Leaks terão sido obtidos por acesso indevido de Rui Pinto a sistemas informáticos. Este é o grande obstáculo para o Ministério Público e a Polícia Judiciária os poderem utilizar numa investigação criminal. “Trata-se de uma prova ilegal. Seria o mesmo que aceitarmos investigar informação oriunda de documentos roubados num assalto a casa de Isabel dos Santos”, diz um inspetor daquela polícia no anonimato. Até porque, acrescenta, nenhum tribunal do mundo iria validar essas provas obtidas de forma ilícita.

Isso não significa que o MP e a PJ tenham de ficar de braços cruzados, dadas as consequências causadas pelas notícias do consórcio internacional de jornalistas ICIJ neste Luanda Leaks que levantam fortes suspeitas de estarem a ser praticados crimes económicos por parte de Isabel dos Santos e membros da sua família. “Estas informações pirateadas por Rui Pinto podem vir a ser um ponto de partida para uma investigação”, admite a mesma fonte. Mas para isso as autoridades têm de ir à procura de novas provas. “Podemos até trilhar os mesmos caminhos do hacker mas temos de obter uma corroboração independente.”

Uma tese semelhante à de um magistrado ouvido pelo Expresso. “Mesmo que os documentos obtidos ilegalmente não possam ser usados num processo judicial, isso não significa que a informação que eles contêm não seja investigada”. Ou seja, no caso concreto do Luanda Leaks, as transações bancárias suspeitas que beneficiaram Isabel dos Santos podem ser investigadas pelas autoridades. “Basta pedir aos bancos essa informação e usá-la no processo”, explica o mesmo magistrado. “Se alguém roubar um vídeo de um homicídio de um computador isso não significa que as autoridades não investiguem quem matou quem”, exemplifica a mesma fonte.

Um outro investigador diz que nos tribunais vigora, por norma, o princípio do fruto da árvore envenenada.

# PROVAS ILEGAIS NÃO IMPEDEM INVESTIGAÇÃO

Procuradores do MP e inspetores da PJ receptivos a seguir as pistas deixadas por Rui Pinto. Mas não podem utilizar as mesmas provas

Texto HUGO FRANCO E RUI GUSTAVO Foto FERENC ISZA/AFP/GETTY IMAGES

“Se a árvore estiver podre, só dá frutos podres.” A prática é “conseguir outras provas que possam confirmar ou corroborar as que foram obtidas de forma menos lícita”. Por norma, “o Ministério Público avança com as investigações e espera que a polícia consiga outras provas e que os juizes sejam compreensivos”.

Mais contundente, um inspetor-chefe da PJ apelida de “hipócrita” a discussão. “Estaríamos a discutir o tema se estivesse em causa um pequeno criminoso do *bas-fond* e não uma família poderosa de Angola? É fundamentalista dizer-se que esta denúncia nem sequer vale como gênese de um inquérito. Por esta lógica, seriam nulos muitos inquéritos que o Ministério Público tem em mãos, porque nasceram com o mesmo tipo de queixa que agora é considerada inquinada.”

Uma tentativa de extorsão — pode vir a ser acusado ou investigado pela Justiça por ter acedido, como já admitiu, aos *e-mails* da Sonangol e dos outros envolvidos no Luanda Leaks. É o que diz o Código de Processo Penal: “São nulas, não podendo ser utilizadas, as provas obtidas mediante intromissão na vida privada, no domicílio, na

correspondência ou nas telecomunicações sem o consentimento do respetivo titular.”

O Expresso perguntou à Procuradoria-Geral da República se foi aberto um inquérito a Rui Pinto por este ter assumido publicamente que era a fonte dos Luanda Leaks, mas não obteve respostas. Os serviços prisionais revelam que Rui Pinto é um dos cem detidos nas cadeias portuguesas por crimes de extorsão. Desse número, há 14 presos exclusivamente por este crime (os serviços prisionais não especificam quais os que foram condenados por tentativa de extorsão).

## LEAK NÃO É “IRRITANTE”

O MP estuda a hipótese de se avançar com uma investigação às denúncias levantadas pelo alegado hacker sobre os negócios de Isabel dos Santos. Já Luís Neves, o diretor nacional da PJ, admitiu que a Judiciária está “preparada para responder a qualquer pedido” de investigação que seja feito por Angola através do MP português e das autoridades judiciárias. “Só depois de a PGR abrir um inquérito ao caso e delegar a investigação à PJ é que poderemos avançar. Não fazia sentido estarmos a abrir dois inquéritos paralelos neste momento”, confidencia um responsável da PJ.

A cooperação judiciária no Luanda Leaks não deverá emperrar em burocracias ou ser perturbada por declarações hostis entre Angola e Portugal, como aconteceu em 2018 no caso de Manuel Vicente, o ex-viце-presidente angolano envolvido na Operação Fizz por alegados pagamentos de €760 mil ao procurador Orlando Figueira. “Para Luanda agora interessa que Isabel dos Santos seja investigada. Há algum tempo isso seria impensável. Este processo, ao contrário do de Vicente, não é considerado ‘irritante’ para Angola”, critica um inspetor da Judiciária. Outro responsável da PJ salienta que a cooperação entre os dois países tem vindo a melhorar, sendo agora “bastante aceitável”.

hfranco@expresso.imprensa.pt

**O USO DE PROVAS OBTIDAS ILEGALMENTE INCRIMINA O AUTOR DA FUGA DE INFORMAÇÃO**

## AINDA SEM LUZ VERDE DA PGR

O uso de provas obtidas ilegalmente é proibido por lei e só pode ser usado para incriminar o próprio autor da fuga de informação. Isto é, Rui Pinto — que se encontra a cumprir prisão preventiva no âmbito do caso Football Leaks por suspeitas de acesso ilegítimo, violação de correspondência, acesso indevido, sabotagem informá-

**RUI PINTO É UM DOS CEM DETIDOS NAS CADEIAS PORTUGUESES POR CRIMES DE EXTORSÃO**